



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 2 - 2021/2025

Data da Sessão : 30 de novembro de 2021

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 12:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Vera Lúcia Marques da Silva, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Otávio Rosa, Catarina Alexandra Martins, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Andreia Alexandra Valério Baço Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires, José Casimiro, Carlos Alberto Farinha Leitão, César Augusto Mendes Dias, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas:

César Augusto Mendes Dias, Luís Filipe Aparício Lopes, Carla Cristina Marques Martins

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 2 - 2021/2025

30 de Novembro de 2021

-----**INICIO**-----

--- Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, em Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 3) Discussão e votação sobre a variável do IRS, a liquidar em 2022.**
- 4) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0.30% de IMI para os prédios urbanos para o ano de 2022.**
- 5) Discussão e votação de proposta de lançamento de taxa de derrama de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos Passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação.**
- 6) Discussão e votação de proposta de redução da taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes;**
- 7) Discussão e votação de proposta de devolução do montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;**
- 8) Discussão e votação de proposta de devolução do dobro do montante pago de IMI às Entidades Gestoras de ZIF;**
- 9) Discussão e votação de proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos;**
- 10) Eleição dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.**
- 11) Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.**

12) Eleição do representante da Assembleia Municipal no ACES do Médio Tejo;

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Sr. Presidente da Mesa leu aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

Em seguida procedeu à instalação do vogal Octávio Eusébio Rosa, com o Cartão de Cidadão nº 11225455, válido até 29 de dezembro de 2030, que substitui o vogal César Augusto Mendes Dias, que justificou a sua fala em devido tempo.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção questionando o executivo relativamente áquilo que a todos nós preocupa, a pandemia covid 19, que, com o novo vírus, poderá voltar a fechar o nosso concelho e o nosso país, facto que traz tantas arrelias às pessoas. Solicita informação sobre se a Câmara tem alguma outra nova estratégia, se tem grupo formado, no sentido de dar alguma resposta mais, para além da resposta social que já foi criada anteriormente, no sentido de minimizar os efeitos, pelo menos, daquelas pessoas que mais necessitam, nomeadamente, os idosos.

Continuou a sua intervenção questionando, relativamente à rede de internet no nosso concelho, que é fraca, como todos sabemos, se a Câmara vez mais alguma coisa nesta matéria, para se conseguir melhorar a qualidade da internet, desde a última vez que se falou nesse assunto nesta Assembleia.

Continuou, deixando a sugestão ao executivo camarário para que o mesmo realizasse um estudo, junto das pessoas que utilizam o Transporte a Pedido, para que se soubesse o que as mesmas sentem relativamente a este assunto pois fizeram uma recolha de opinião junto de algumas pessoas, em diferentes locais do concelho e a sensação com que ficaram foi de que as 24 horas de antecedência para solicitar o Transporte a Pedido é um tempo muito grande pois as pessoas, às vezes, com menos tempo, têm necessidade de se dirigirem, por exemplo, à sede do concelho, ou ao médico. Deixa a questão sobre se não será viável reduzir este tempo de 24 horas para, por exemplo 12 horas.

Terminou a sua intervenção deixando um pedido de esclarecimento relativamente às medidas que vão ser tomadas na Ladeira, pois apesar de saber que a responsabilidade é da Tejo Ambiente, esta é uma empresa intermunicipal e a Câmara Municipal de Mação faz parte da mesma e terá com certeza informação sobre as ações previstas.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção com um agradecimento à Câmara Municipal pelo convite que fez ao Agrupamento de Escolas para os alunos do mesmo estarem presentes no Festival Nacional de Gastronomia de Santarém pois foi uma experiência extremamente enriquecedora e considera que, quer a Câmara, quer os alunos e o Agrupamento, tiraram muito desta experiência, sendo este tipo de iniciativas que colaboram na formação dos nossos jovens. Mais referiu que acompanhou a referida atividade e considera que a mesma foi muito enriquecedora para os jovens e para os chefes que nela participaram.

Continuou a sua intervenção referindo que, no ano passado, por questões da pandemia covid 19, não foi possível realizar a sessão ordinária de fevereiro desta Assembleia Municipal na sede do Agrupamento de Escolas mas, se as condições sanitárias o permitirem, deixa a sugestão para que a próxima sessão ordinária desta Assembleia, que será em fevereiro, seja realizada na escola sede do Agrupamento. Mais referiu que deixa esta sugestão pois é uma experiência extremamente enriquecedora para os alunos e é um facto que esta iniciativa é claramente uma mais-valia a comunidade educativa que nela participa.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Diagnóstico Social, na sessão ordinária de Abril de 2021, questionou o executivo acerca do andamento desta Diagnóstico que estava a decorrer por meio de uma empresa externa ao concelho, e o Sr. Presidente informou que as questões estavam a andar e alguns dias depois foi contactado pela referida empresa, tendo preenchido um questionário que a mesma lhe solicitou pois não tinha sido possível preencher o questionário enviado online, mas a partir desse momento não se apercebeu da continuidade desse trabalho pelo que solicita informação sobre qual é o estado em que este processo se encontra.

Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente às faixas que estão a ser feitas junto às vias municipais, verifica que, efetivamente está a ser feito muito trabalho mas há um pequeno pormenor sobre o qual gostaria de ser informado, que é o facto de, em alguns locais se fazerem “pontes” naquela intervenção, ficando alguns bocadinhos sem intervenção. Solicita informação sobre este assunto, pois não consegue compreender porque é que os trabalhos estão a decorrer desta forma.

Continuou deixando a sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de que, pelo menos uma vez por ano, nomeadamente as sessões de junho ou setembro possam ser descentralizadas pelas sedes de Freguesia, pois considera importante descentralizar as sessões desta Assembleia e que não será uma operação muito difícil em termos de logística.

Termina a sua intervenção deixando um agradecimento público à Câmara pela colaboração com a União de Freguesias e com a população de Aboboreira, na demolição de uma casa que estava devoluta e assim proporcionou uma melhoria significativa ao trânsito dentro da localidade de Aboboreira.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação, relativamente aos ecopontos da Valnor, questão que já colocou anteriormente, se já foi feita alguma diligência junto da referida empresa para a higienização dos próprios contentores e da zona envolvente aos mesmos.

Continuou a sua intervenção referindo que lhe têm solicitado para questionar sobre as tampas quadradas das águas pluviais que fazem imenso barulho quando os carros passam por cima delas, nomeadamente em Mação, quando se desce para a Ponte Romana e junto à Sede das Associações, se será possível colocar algo nas mesmas para não fazerem tanto barulho pois incomodam as pessoas durante a noite.

Terminou a sua intervenção referindo que, relativamente aos passeios de Penhascoso, a obra está praticamente concluída, e bem, era uma obra que há muito tempo fazia ali falta pois há sempre muita gente a circular naquela estrada, mas foi um pouco esquecida a parte dos carros, ou seja, vê-se constantemente carros em cima dos passeios, pela estrada fora, pois se estiverem na estrada ocupam uma das vias e isso leva a que as pessoas tenham de caminhar na estrada pois não conseguem passar no passeio com

os carros lá. Questiona se estará algo já pensado para as viaturas pois é uma zona habitacional e existe ali muita gente e, apesar de não se poder sempre deixar o carro à porta de casa, não existe ali uma alternativa de estacionamento.

--- O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, durante a campanha eleitoral, o candidato do PSD para a Junta de Freguesia de Envendos referiu várias vezes a questão da variante da A23 aos Envendos e quando, em campanha visitaram as Águas da Ladeira, o Diretor Geral falou também da variante, problema que o Sr. Presidente da Câmara tinha várias vezes tentado resolver sem sucesso, junto das Infraestruturas de Portugal. Mais informou que, após solicitação do Sr. Presidente da Câmara, foi marcada uma reunião, esta semana, com as Infraestruturas de Portugal, para debater este assunto e poderá estar ali a solução para aquela questão, até mais rapidamente do que aquilo que se estava à espera.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre o Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Juventude e Comissão Municipal de Defesa da Floresta, nomeadamente quem faz parte destas entidades, e com que periodicidade é que têm reunido, na medida em que lhe parecem importantes e até recentemente ouviu sobre uma representação neste sentido.

---O vogal César Dias, representante da Junta de Freguesia de Carvoeiro, iniciou a sua intervenção solicitando o acompanhamento mais efetivo dos trabalhos de limpeza e construção das faixas pois esta ação está a ter um grande impacto junto da população, principalmente da mais idosa, que algumas vezes não compreendem o que se está a passar e consideram exagerado algum do trabalho que está a ser realizado. Mais informou que a Junta de Freguesia do Carvoeiro tem conhecimento de relatos de muitos marcos destruídos, bem como minas destruídas, canos de água rebentados, sobreiros recentemente plantados que são completamente degradados e a população não se está a sentir apoiada porque a máquina passa e não tem atenção a estas questões.

Mais referiu que a Junta de Freguesia de Carvoeiro agradece o apoio que tem estado a ser dado pela Câmara nas obras em curso, na limpeza de alguns aquedutos e na desobstrução da via na povoação de Galega.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e desejando a todos um bom mandato e que o mesmo corra conforme são as expectativas de todos, em prol do nosso concelho e das nossas gentes.

Continuou a sua intervenção agradecendo as questões colocada e, relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro, e no que diz respeito à questão sobre se a Câmara tem uma nova estratégia para a pandemia, informou que aquilo que a Câmara está a fazer é aquilo que nos compete fazer que é acompanhar o evoluir da situação, sabendo que, a qualquer momento as coisas podem descambar. Mais referiu que a experiência que, infelizmente, tivemos na primeira fase da pandemia nos deu alguns contributos e alguns apor 's para podermos responder, se houver essa necessidade, temos um Gabinete da Ação Social devidamente capacitado, como mostrou no passado, para poder responder às situações que possam vir a surgir, mas efetivamente, não temos nenhum Gabinete de Crise montado no sentido de dizer que estamos preparados para se alguma coisa correr mal. Considera que, no passado a Câmara respondeu bem, o país e nós próprios estamos agora mais bem preparados para responder e considera que vamos conseguir responder, se essa situação vier a surgir, situação que espera não venha a acontecer.

Relativamente à sugestão da Câmara fazer um estudo sobre o Transporte a Pedido, referiu que não foi feito nenhum estudo nesta matéria, sendo este um projeto que teve o seu início no concelho de Mação mas é um projeto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Mais referiu que a sugestão de passar para as 12 horas de antecedência para marcar o transporte é uma questão que poderá colocar à entidade que gere este projeto para perceber se essa situação é viável ou não, se há mais situações deste género que possam surgir, sendo que este projeto está implementado em Mação há cerca de oito anos e esta questão nunca tinha sido colocada pelo que, para si, foi uma novidade e é uma questão de falar com a CIMT que é a “dona” do projeto e somente aí se poderá decidir alguma coisa.

Em relação à questão sobre a Ladeira de Envendos, informou que foi falado na última reunião da Tejo Ambiente a questão da Ladeira de Envendos, até

porque a população fez um abaixo assinado com 58 assinaturas, relativamente a este assunto, que é um assunto recorrente, que tem muitos e muitos anos, razão pela qual a Câmara, há cerca de 6 ou 7 anos, fez um investimento ainda de alguma dimensão em desferrizadores e num novo depósito para tentar resolver aquele problema mas a água é demasiado férrea e a Tejo Ambiente transmitiu que iria fazer mais descargas e rever tudo o que são os sistemas de canalização da água para ver se consegue minorar o problema que surge nalgumas alturas do ano, nomeadamente nas alturas de maior consumo e no verão, até que a situação esteja completamente resolvida com o projeto que levou à nossa adesão a esta empresa, que é conseguirmos que o nosso concelho seja abastecido pela barragem das Corgas e pela Barragem do Castelo de Bode.

Em relação à rede móvel, informou que recebeu há poucos dias, informação sobre intervenção que foi feita em Carvoeiro, Castelo e Pereiro, tendo passado a cobertura do nosso concelho para cerca de 63% da população. Informou ainda que, na semana passada, o Sr. Presidente da Anacom transmitiu que o compromisso que existe é que até 2025 toda a população portuguesa estar coberta por rede móvel e rede de fibra ótica.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida e ao Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, agradeceu, em nome da Câmara, o facto de terem estado presentes no referido Festival e considera que foi uma prestação muito digna e considera que o Concelho de Mação e o Agrupamento de Escolas saíram prestigiados dessa presença e, mais do que isso, a rapidez com que responderam positivamente à chamada da Câmara para poderem representar o nosso concelho.

Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins e relativamente ao Diagnóstico Social informou que o mesmo está concluído por parte da empresa e está para validação dos serviços e posterior avaliação pela Câmara para depois ser devidamente tornado público. Mais informou que algumas questões ainda estão a ser avaliadas, relativamente a algumas observações que são feitas, mas o trabalho da empresa já foi concluído e entregue.

Relativamente ao agradecimento à Câmara pelo apoio, referiu que foi um trabalho conjunto que valorizou a povoação de Aboboreira, um bocadinho

também na sequência das intervenções que a Câmara realizou naquela localidade.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana, informou que foi pedido à Valnor para terem mais cuidado com esta questão dos ecopontos, sabe que fizeram alguma coisa mas muito longe daquilo que era suposto fazer, nomeadamente a questão dos vidros que dão uma muito má imagem.

Em relação às tampas, informou que esta questão está sinalizada, foi feita uma reclamação formal para a Altice que é a entidade responsável por essas caixas pois as mesmas devem estar partidas.

Relativamente aos passeios em Penhascoso, referiu que se pensou no assunto mas pensou-se como é que seria a solução pois estes carros que ali estão estacionados já ali estacionavam antes, na via pública, só não estavam era em cima do passeio, o que se verifica pois a faixa de rodagem ficou ligeiramente mais estreita. Mais referiu que o que foi feito em alguns locais, nomeadamente junto à oficina de mecânica e naquela correnteza da padaria foi reforçar o pavimento para os carros poderem lá estacionar, sabendo que é difícil encontrar ali outra solução, a questão passará sempre por algum bom senso das pessoas. Referiu ainda que haveria a alternativa de por sentidos proibidos de um lado ou doutro mas que poderia causar alguma situação mais confrangedora para alguém. Mais referiu que esta é uma questão que podemos todos vir a estudar e a Câmara está aberta a sugestões para melhorar a situação existente.

Em relação à intervenção do vogal Duarte Marques referiu que, na próxima quinta-feira teremos a reunião com as Infraestruturas de Portugal e aquilo que pode antecipar é que a Câmara irá propor no sentido de poder colaborar muito seriamente com as Infraestruturas de Portugal se, por parte daquela empresa, houver vontade de resolver o problema. Mais referiu que a Câmara poderá, eventualmente, assumir o projeto para a execução daquela variante ou reperfilamento daquela estrada ou compartilhar alguma coisa nas obras para que, de uma vez por todas, as Infraestruturas de Portugal e o Governo digam o que é que querem fazer relativamente àquela matéria que, há anos e anos tem andado aqui a ser conversada no nosso concelho e que prejudica os Envendos e prejudica, naturalmente, também as Águas da Ladeira pois têm ali uma base

logística e, portanto tem de ser visto com olhos diferentes do que era visto há uns anos a esta parte.

Relativamente à intervenção da vogal Cláudia Cordeiro, informou que nenhum dos Conselhos Municipais que mencionou se encontram em funcionamento e, portanto, não têm representantes.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à questão colocada pelo vogal José Fernando Martins, as intervenções estão a ser feitas na área ardua e, ao elaborar a candidatura houve limitações, nomeadamente que se não ardeu não pode ser metido, e isso fez com que na cartografia que foi entregue ao empreiteiro, os troços onde o fogo não chegou não constam e por isso o empreiteiro não executa e há vários locais onde isto acontece. Informou ainda que, na cartografia da candidatura houver algum proprietário que tenha feito uma candidatura e já tivesse, ele próprio, identificado no parcelário, essas propriedades, elas ficam trancadas e o que aconteceu foi que a Câmara vai para fazer a candidatura ao longo da toda a estrada e, de repente, encontra uma propriedade aqui outra acolá que já foram objeto de candidatura aprovada e nessas propriedades não se pode fazer nada e não fazem parte do caderno de encargos que foi adjudicado ao empreiteiro, daí que haja essas intervenções que, pontualmente, aqui e acolá estão pequenos troços e propriedades por fazer. Informou ainda que esta situação só tem uma solução, ou seja, vai ser agora o município que vai ter de ir exclusivamente às suas expensas, corrigir essas localizações pontuais e fechar todos os troços pois não faz sentido deixar as intervenções com essas lacunas.

Relativamente à intervenção do vogal César Dias e sobre alguma falta de acompanhamento, relembra que, neste momento, estão a decorrer 7 empreitadas simultaneamente, estão a ser intervencionados mais de 300 quilómetros de estrada, o que faz 600 quilómetros considerando os dois lados da estrada e há também alguns empreiteiros que têm sub empreiteiros a trabalhar simultaneamente e não é possível, uma estrutura que tem 3 funcionários, estar nos locais a fiscalizar cada uma das máquinas. Mais referiu que aquilo que a Câmara tem feito é, assim que nos chega qualquer informação sobre alguma situação que não esteja a correr bem, de imediato os técnicos vão ao terreno contactar com os proprietários, tentam corrigir as

situações quando tal é viável ou necessário e fazem todos os esforços no sentido do empreiteiro assumir as suas responsabilidades e fazer as correções que forem necessárias. Referiu ainda que se verificou que, cerca de 3 proprietários que manifestaram a vontade de impedir a entrada nas suas propriedades e foi feito, em articulação com a GNR, o procedimento de novo, que não era necessário pois foram colocados dezenas de Editais a alertar que se iriam fazer estes trabalhos e que os proprietários devem tirar a madeira com valor mas as pessoas não deram a devida atenção e, nesses locais onde houve oposição dos proprietários, foi recolocado de novo um Edital dando novamente 10 dias para o proprietário retirar a madeira e, passados esses 10 dias, foram feitos os trabalhos, os proprietários não apareceram e tudo decorreu com normalidade. Referiu ainda que tem a Câmara tem procurado tratar todos por igual, tratar todos da mesma forma e fazer as coisas o melhor possível mas, naturalmente, quando se intervenciona cerca de 700 hectares como tem sido feito, com faixas ao longo das estradas, há sempre locais onde as coisas não correm tão bem. Relativamente aos marcos derrubados, informou que faz parte do caderno de encargos, das obrigações dos empreiteiros, a reposição dos marcos que forem derrubados e, sempre que houve problemas com tubos e águas, a Câmara procurou, da forma mais célere, ajudar as pessoas a restabelecer os abastecimentos e a resolver as questões. Relativamente à madeira, que tem sido um ponto importante nesta questão, informou que a madeira, nestes trabalhos, pertence ao proprietário e foram colocados Editais solicitando aos proprietários que fizessem a retirada desses materiais, no entanto, alguns não o fizeram e, em alguns locais há valores significativos de madeira que não foi retirada e o que acontece é que o empreiteiro corta e deixa a madeira empilhada que fica cerca de 3 semanas à disposição do proprietário mas, a seguir, o empreiteiro tem de fazer a preparação do terreno e a madeira tem de ser retirada para permitir isso, o que algumas vezes tem de ser feito pela Câmara para que o empreiteiro possa continuar o seu trabalho.

Terminou referindo que, sempre que haja alguma necessidade de acompanhamento dos trabalhos, é só transmitir a situação à Proteção Civil Municipal que, de imediato, os técnicos vão ao terreno, falam com as pessoas e tentam resolver as situações com quem estiver a executar os trabalhos.

---O Sr. Presidente da Mesa intervém para referir que, relativamente à sugestão do vogal José Fernando Martins sobre a descentralização das sessões desta Assembleia Municipal, considera que todos estarão disponíveis para que isso aconteça mas pensa que não devemos agora vincularmo-nos a datas e marcar posteriormente, em tempo, essa oportunidade, a exemplo daquela que se realiza no Agrupamento de Escolas e, quando as condições sanitárias o permitirem.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou que recebemos uma distinção pela atribuição da Bandeira Azul, pela 15ª vez consecutiva, à Praia Fluvial de Carvoeiro e deixa um agradecimento público a todos os envolvidos e a todo o concelho pois, na região, fomos a única praia com esta distinção e este é o fruto do trabalho de muitas pessoas e muitas entidades a quem lhe compete, enquanto Presidente da Câmara, deixar este agradecimento.

Continuou informando que a Câmara Municipal de Mação, uma vez mais, pelo 9º ano consecutivo, foi distinguida como Autarquia Familiarmente Responsável, pela Associação Nacional de Famílias Numerosas, pelas práticas da autarquia no âmbito do apoio à família e não só.

Deixou uma palavra de agradecimento ao Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, na pessoa do seu Diretor, pela disponibilidade de estarem presentes no Festival Nacional de Gastronomia de Santarém.

Informou ainda que a Câmara já procedeu à adjudicação da obra de requalificação das Piscinas Municipais descobertas e pensa que no início do ano será possível que a mesma se possa iniciar.

Terminou a sua intervenção informando que haverá uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal durante o mês de dezembro para aprovação do Orçamento, que está em elaboração.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Regimento, a bancada do Partido Socialista teve um trabalho bastante intensivo, até por respeito àquilo que já vinha a ser feito, no último mandato, pelo Sr. António Reis, pelo Sr. José António Almeida, relativamente à revisão necessária deste Regimento pois o mesmo contém lapsos e questões muito pontuais, que não impedem a leitura do documento mas tornam-no um documento feio e considera que é mau a Assembleia continuar a aprovar um Regimento com tantos erros. Continuou referindo que considera que se deve parar um pouco e ver o que já foi feito e a bancada do Partido Socialista teve esse trabalho, sendo que são várias dezenas de pequenos erros e algumas sugestões de alteração, nomeadamente a descentralização das sessões da Assembleia Municipal pelas sedes de freguesia de forma a irmos, pelo menos uma vez a cada freguesia durante o mandato, o dia da semana escolhido para as mesmas, que consideram ser a sexta-feira, de tarde, de forma, talvez, a facilitar a vinda de munícipes assistir às mesmas.

Em seguida entregou à Mesa o referido documento para ser apreciado.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que, dada a quantidade de apontamentos e propostas elencadas no documento, considera que a bancada do Partido Social Democrata não tem condições para discutir o mesmo e propõe que este ponto seja agendado para a próxima sessão ordinária desta Assembleia, quando tivessem acesso ao documento entregue e tempo para análise do mesmo.

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu à bancada do Partido Socialista o documento entregue e referiu que no mandato passado houve uma comissão para revisão do Regimento, que teve reuniões de trabalho mas nunca se chegou a um documento final. Mais referiu que aceita a sugestão do vogal José António Almeida e posteriormente analisar esta proposta e outra da bancada do Partido Social Democrata para se chegar a um documento único, mas hoje tem de colocar à votação o Regimento que foi presente e que vigorará até haver um novo documento.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para referir que não há necessidade dessa votação pois, segundo diz a Lei, o Regimento mantém-se em vigor enquanto a Assembleia não aprovar um documento novo.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que a Assembleia Municipal não pode funcionar sem Regimento pelo que deve ser aprovado que o Regimento atual se mantém válido até ser produzido e aprovado um novo Regimento.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 9 abstenções, o Regimento apresentado, até que seja produzido e aprovado um novo documento.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Discussão e votação sobre a variável do IRS, a liquidar em 2022.**

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a proposta da Câmara é de fixar em 4% a taxa da participação variável do IRS. Informou que a margem vai de 0 a 5%, o valor anterior era 2,5% e este aumento representa um aumento na receita da Câmara de entre 15 a 18 mil euros e é um aumento que não é muito significativo para a Câmara e muito menos significativo para os cidadãos que pagam IRS e está muito em linha com aquilo que pensa ser praticado na região e no país. Mais informou que esta proposta foi aprovada na Câmara por unanimidade.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade fixar em 4% a taxa da participação variável do IRS para o ano de 2022. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0.30% de IMI para os prédios urbanos para o ano de 2022.**

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que a proposta é aplicar a taxa de 0,30%, taxa mínima prevista, com exceção das minorações ou majorações previstas na Lei. Mais referiu que esta proposta vem na linha do que tem sido prática neste município, nos últimos anos.

---O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção referindo que a taxa mínima lhe parece bem para os cá vivem e dar-lhes esse incentivo. Mais referiu que,

relativamente aos prédios devolutos, pensa que até decorre da Lei algo sobre esta matéria e considera que se tem de fazer um trabalho de classificação dos prédios devolutos, à semelhança de trabalho já feito em outros municípios.

Em relação aos prédios rústicos e na sequência da informação do Sr. Vereador António Louro, estão 700 hectares a ser intervencionados, onde estão a ser construídas faixas e que não estão a ser produtivos mas pagam impostos. Considera que existe alguma lacuna na legislação mas considera que a Câmara deve estar atenta pois o que antes poderia valorizar um terreno, o estar perto de um caminho ou de uma estrada, neste momento torna-se um grande “amargo de boca” pela parte não produtiva do mesmo.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, considerando que esta é a taxa mais baixa a Câmara prescinde de uma verba significativa que poderia ser importante para algumas intervenções mas em função de um património para o qual tem de se olhar com muita atenção pois o problema do edificado é um problema sério.

--- O Sr. Presidente referiu que, em teoria, partilha com o que foi dito pelo vogal Daniel Jana apesar dos exemplos que referiu de outras autarquias, nomeadamente aqui bem perto de nós, não terem resultados práticos mas, pelo menos, coloca o problema em cima da mesa, “pica” um bocadinho as pessoas, obriga a que haja aqui alguma movimentação no sentido de que a Câmara está atenta a este problema. Mais referiu que assume aqui o compromisso, aproveitando esta oportunidade e até porque as ARU já estão aprovadas, de durante o próximo ano fazer o levantamento de, pelo menos, da sede do Concelho e das sedes de Freguesia, para percebermos do que é que estamos a falar. Mais referiu que, há alguns anos foi feito o levantamento da sede do Concelho e dava cerca de sessenta e tal casas que estavam em situação de poderem ter algum agravamento que, fruto do que é a avaliação das mesmas, é sempre residual. Considera que seria mais um gesto simbólico do que outra coisa mas assume o compromisso de se fazer o referido levantamento para termos consciência do que é que estamos a falar e do que pode ou não ser melhorado.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade aplicar a taxa de 0.30% de IMI para os prédios urbanos para o ano de 2022.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta de lançamento de taxa de derrama de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos Passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação.**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que, a exemplo do ano anterior, esta é uma proposta de lançamento de derrama para os sujeitos passivos que não tenham sede no concelho de Mação, ou seja, que aqui produzem resultados e que não têm cá sede social, protegendo assim os agentes económicos do nosso concelho, que têm aqui a sua sede e contribuem com os seus impostos para a riqueza do nosso concelho, quando muitos dos outros são empresas de outra dimensão e que aqui também conseguem ter produtividade para terem lucros.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o lançamento de taxa de derrama de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos Passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta de redução da taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes;**

--- O Sr. Presidente referiu que esta proposta é conforme o previsto na lei e consiste em reduzir o IMI para agregados familiares, atendendo o número de dependentes, nomeadamente, 1 dependente, dedução fixa de 20€; 2 dependentes, dedução fixa de 40€; 3 ou mais dependentes, dedução fixa de 70€, sendo que um dependente não é necessariamente um descendente. Mais referiu que esta proposta também foi aprovada por unanimidade na Câmara.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade reduzir o IMI para agregados familiares, atendendo o número de dependentes.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de devolução do montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;**

--- O Sr. Presidente referiu que esta é uma proposta de que seja devolvido, na sua totalidade, o valor do IMI pago pelas Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação, após a entrega do comprovativo do pagamento. Mais referiu que esta proposta também foi aprovada por unanimidade na Câmara.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção referindo que este assunto não é uma novidade atendendo que isto já se pratica desde 2006 ou 2007 e, ao início era só uma Associação que beneficiava deste apoio e neste momento teremos já alguns anos de histórico nesta matéria dos apoios que têm sido dados. Mais referiu que a bancada do Partido Socialista concorda com este apoio e requer, via Mesa, o histórico deste apoio dos últimos 5 anos para terem conhecimento de quem são, neste momento, as associações que beneficiam deste apoio e dos valores que estão aqui envolvidos.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que durante bastantes anos também participou nesta discussão e relembra que a razão desta deliberação foi o facto de muitas das Associações terem um grande património que eram altamente tributadas e a discussão foi no sentido de que o rendimento dessas Associações, muitas vezes, não lhes permitiam sequer assumir os encargos que tinham desse património e daí que o executivo da altura tomou, e bem, esta decisão, que felicita a Câmara por manter até hoje pois a mesma é fundamental para algumas Associações do nosso Concelho.

Mais referiu que deve ser sublinhada a preocupação que a Câmara Municipal de Mação tem pela qualidade de vida e pelo respeito pelos cidadãos, abdicando de verbas significativas, de uma forma generalizada, em variadíssimas áreas, só com o objetivo de facilitar e potenciar a qualidade de vida das populações, em termos fiscais, o que é digno de ser sublinhado.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade que seja devolvido, na sua totalidade, o valor do IMI pago pelas Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: 8) **Discussão e votação de proposta de devolução do dobro do montante pago de IMI às Entidades Gestoras de ZIF;**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que esta proposta não tem impacto financeiro, nada mais é do que uma proposta simbólica até agora e não tem tido qualquer tipo de impacto mas é um simbolismo político do compromisso que existe nesta sala para aquilo que deve ser o futuro da floresta no nosso Concelho.

---O vogal César Dias iniciou a sua intervenção referindo que considera que esta proposta deveria ser extensível aos proprietários florestais particulares pois, até agora, foram estes os que mais perderam e temos a consciência que os proprietários ainda são aqueles que mais área ardida florestal gerem no nosso Concelho. Mais referiu que o laço entre a posse e o amanhã das propriedades deve ser incentivado com auxílios deste género e até outros.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção referindo que temos um concelho ardido em que os proprietários nunca foram beneficiados no IMI das suas propriedades. Mais referiu que todos nós sabemos o histórico do nosso Concelho, em que um proprietário de um prédio rústico, nos últimos 20 a 30 anos pouco ou nada tirou das suas propriedades rústicas.

Solicita informação sobre se, nesta situação, se existe algum instrumento legal em que se possa, por parte do município, ser pedida uma atenuação da taxa de IMI sobre os prédios rústicos pelo facto de terem ardido e de não haver rendimento dessas propriedades.

---O Sr. Presidente refere que esta é uma boa questão, relativamente ao IMI dos prédios rústicos, refere que desconhece qualquer instrumento legal que possa fazer com que as pessoas não paguem o IMI por, infelizmente, estarem ardidas as suas propriedades.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que esta deliberação é mais um gesto político do que outra questão porque a Câmara já não tem estes valores pois os mesmos são dados às Juntas de Freguesia mas, ainda assim, o que a Câmara está a dizer é que, mesmo dando à Juntas, a Câmara tira do resto para dar a quem gere bem, de forma agrupada, e as ZIF's nunca pediram este reembolso por uma questão de princípio pois consideraram que as mesmas têm estado em "banho de maria" e vão arrancar agora, pelo que, provavelmente, daqui para a frente irá ser pedido o reembolso. Mais referiu que o valor do IMI dos prédios rústicos, no Concelho de Mação é de cerca de 50.000,00€, verba esta que não paga nem 20% do que a Câmara gasta na requalificação dos estradões e considera que isto é o único instrumento que a Câmara tem de incomodar os proprietários porque, na realidade, o hectare, em Mação, paga cerca de 1,20€ de imposto por ano, o que, muitas vezes não paga sequer, o custo administrativo de cobrar. Referiu ainda que, na realidade, quando os proprietários pagam o IMI, esta é a única forma de lembrar aos mesmos que a posse não traz só direitos, traz também obrigações, nomeadamente de contribuir para uma série de serviços. Mais referiu que, quando esta questão se pôs, após os incêndios de 2003, houve a vontade de isentar do imposto por não haver rendimentos mas chegou-se à conclusão que esse era o caminho errado e que nós tínhamos também de responsabilizar as pessoas, os valores são baixos e sem impacto financeiro, além de que isentar não é possível pois é uma obrigação legal, que tem a ver com a Assembleia da República, com os impostos estabelecidos a nível nacional e o município não tem possibilidade de isentar um proprietário. Considera que irão haver alterações significativas no futuro, nesta matéria, as ZIF's vão começar a pedir e vai ser posta em prática esta demonstração de vontade política do executivo.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 9 abstenções, que seja devolvido o dobro do montante pago de IMI, pelas Entidades Gestoras de ZIF.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: 9) **Discussão e votação de proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos;**

O Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta, aprovada por unanimidade em reunião de Câmara:

“Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação financeira, locação - venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais. Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para que neste mandato:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo DL 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012, sem prejuízo do regime transitório previsto no artº 23º do DL 127/2012, de 21 de junho.
5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.”

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: 10) **Eleição dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.**

O Sr. Presidente da Mesa recebeu a seguinte proposta por parte da bancada do PSD, que será denominada “Lista A” e contém os seguintes nomes:

- Duarte Marques
- Pedro Jana

Recebeu também uma proposta por parte da bancada do PS, que será denominada “Lista B” e contém o seguinte nome:

- Daniel Jana

Seguiu-se a votação, por escrutínio secreto, tendo entrado 15 votos e tendo a lista A tido 9 votos e a lista B 6 votos.

Foram eleitos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do nº 2, do artigo 83, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os vogais:

- Duarte Marques
- Daniel Jana

Foram eleitos suplentes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do nº 2, do artigo 83, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os vogais:

- Pedro Jana

O Sr. Presidente intervém para desejar aos eleitos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, um bom mandato pois a Assembleia Intermunicipal vai ter um mandato exigente, vai haver muito trabalho e tem a certeza que a Assembleia Intermunicipal estará muito em foco e terá grandes decisões a tomar, pelo que deseja a ambos um bom trabalho e espera que consigam atingir os objetivos a que se propuserem e manifesta a sua disponibilidade para aquilo que for necessário para articular alguma coisa que entendam.

---A vogal Carla Loureiro intervém para referir que fica contente por os dois representantes desta Assembleia serem pessoas novas, cheias de dinamismo

e de vigor e deixa-lhes o pedido de informarem os membros desta Assembleia sempre que hajam reuniões da Assembleia Intermunicipal da CIMT porque, nos últimos 4 anos, tirando o Sr. Presidente da Câmara, que foi dando o feedback, na própria Assembleia nunca houve um feedback sobre o que se passava Assembleia Intermunicipal da CIMT e, por isso, gostaria que estes representantes, agora eleitos, tivessem essa atenção.

--- O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.**

O Sr. Presidente da Mesa recebeu a proposta da bancada do PSD, denominada “Lista A” que contém os seguintes nomes:

Efetivo – Carlos Alberto Farinha Leitão - Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos.

Suplente – Carla Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro.

---A vogal Carla Loureiro informou que a bancada do PS não apresenta nenhum nome porque entendem que estes são os representantes que vão representar os Presidentes das Juntas de Freguesia e tal como na sua intervenção anterior, solicita que tragam o feedback do Congresso pois, nos últimos 4 anos não houve qualquer feedback.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo entrado 20 votos, tendo a lista A tido 12 votos e tendo havido 8 votos em branco.

Foi eleito o vogal Carlos Alberto Farinha Leitão, Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos para representante das Juntas de Freguesia, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a), do nº 2, do artº 6º, dos Estatutos da ANMP e a vogal Carla Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro para substituto do representante das Juntas de Freguesia, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: **12) Eleição do representante da Assembleia Municipal no ACES do Médio Tejo;**

O Sr. Presidente da Mesa recebeu uma proposta da bancada do PSD, denominada “Lista A” que contém os seguintes nomes:

- Margarida Cardoso

O Sr. Presidente da Mesa recebeu uma proposta da bancada do PS, denominada “Lista B” que contém os seguintes nomes:

- José Luís Silva

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo entrado 21 votos e tendo a lista A tido 12 votos e a lista B tido 9 votos.

Foi eleito para representante da Assembleia Municipal no ACES do Médio Tejo a vogal Margarida Cardoso.

---A vogal Carla Loureiro intervém para referir que lamenta que um médico de profissão não possa ser o representante da nossa Assembleia no ACES do Médio Tejo e solicita à vogal Margarida Cardoso nos faça chegar também a informação sobre as reuniões em que estiver presente no ACES do Médio Tejo.

---O vogal Duarte Marques intervém para salientar a eleição da vogal Margarida Cardoso, que considera ser uma pessoa idónea, que conhece a sociedade do Concelho de Mação e que é reconhecida por todos como competente. Mais refere que não havia qualquer necessidade de eleger um médico para representar esta Assembleia Municipal e qualquer um de nós estaria habilitado. Mais referiu que, o facto de ser uma pessoa de Mação ou não, a representar a Assembleia Municipal, relembra que o Sr. João Rito foi representante da Assembleia Municipal no ACES do Médio Tejo, até já depois de deixar de ser membro da Assembleia, o Dr. João Filipe, que também não é médico nem enfermeiro, fez também parte desse órgão, nunca houve aqui uma gestão político partidária desta questão, tendo sido sempre escolhida a pessoa pelas suas qualidades.

-----ENCERRAMENTO-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

